



Universidade de Brasília – UnB

Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de

Políticas Públicas- FACE

Departamento de Ciências Contábeis e Atuarias - DCCA

Curso de Bacharelado em Ciências Contábeis

**CONSIDERAÇÕES E BREVE ESTUDO SOBRE A EDUCAÇÃO
FINANCEIRA NA SOCIEDADE BRASILEIRA: UMA VISÃO DOS
ALUNOS DA GRADUAÇÃO DA UNB**

Brasília – DF

2017



Universidade de Brasília – UnB

**Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de
Políticas Públicas- FACE**

Departamento de Ciências Contábeis e Atuarias – DCCA

Curso de Bacharelado em Ciências Contábeis

Matheus de Oliveira Timo

**CONSIDERAÇÕES E BREVE ESTUDO SOBRE A EDUCAÇÃO
FINANCEIRA NA SOCIEDADE BRASILEIRA: UMA VISÃO DOS
ALUNOS DA GRADUAÇÃO DA UNB**

**Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Ciências
Contábeis da Universidade de Brasília
como requisito parcial à obtenção do
título de Bacharel em Ciências
Contábeis.**

**Orientador: Prof. Dr. José Antônio de
França**

Brasília – DF

2017

DEDICATÓRIAS

Dedico esse trabalho a minha mãe e meu avô Wilson que desde cedo me mostraram a importância da educação para a formação, em todos os sentidos, de uma pessoa. Inclusive, sendo educadores por amor, me mostraram o caminho e puderam abrir meus olhos para a importância dessa questão. Aprendi que somente por ela podemos alcançar o que almejamos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pois sei que Ele tem me guiado e feito a sua vontade sobre esse seu servo inútil.

Agradeço ao professor Dr. José Antônio de França pela sua orientação e por todo o tempo investido para a ajuda na realização do presente trabalho. E, também, a todos os meus educadores que ao longo de toda minha caminhada me iluminaram e puderam por meio dessa profissão - tão valiosa e tão pouco valorizada - me conduzir.

E, por fim, contudo não menos importante, agradeço aos meus familiares, amigos e todos que estão ao meu redor, afinal todos tiveram sua contribuição para quem eu sou hoje e pelo apoio e suporte nos momentos bons e difíceis da minha trajetória.

*“Eduquem as crianças
e não será necessário castigar os homens”.*

Pitágoras

RESUMO

O objetivo principal desse estudo é levantar a discussão a respeito da necessidade de uma melhor educação financeira desde cedo para a população brasileira. Por meio de pesquisa bibliográfica e amostra quantitativa, entende-se que a sociedade brasileira contemporânea não possui o hábito de “pensar” o manuseio dos seus recursos. E essa situação vem se agravando cada vez mais com o avanço da oferta de produtos e serviços nessa área. A população brasileira, que passou por uma mudança drástica com a estabilização da sua moeda, ainda não “aprendeu” a trabalhar o equilíbrio em suas necessidades de consumo, fundamentalmente visando o seu futuro. Vê-se, inclusive, grande número de pessoas endividadas e com desconhecimento de soluções. Esse projeto contou ainda com análise de dados feita por meio de questionário aplicado para alunos de diversos cursos de graduação da Universidade de Brasília – UnB a respeito do assunto. Dessa maneira, esse trabalho traz um debate a respeito da própria educação financeira, da evolução da economia e das novas formas de consumo da sociedade brasileira e confirma a urgência em se incluir conteúdos de utilização das finanças desde os primeiros anos na escola.

Palavras-chave: Educação. Educação Financeira. Finanças Pessoais.

ABSTRACT

The main purpose of this study is to discuss about the necessity of a better financial education starting at early ages for Brazil's population. Bibliographic research and quantitative sample shows that today's brazilian society is not familiarized with "thinking" about how to handle their resources. This situation has been getting worse each passing day with the advances of new products and services for this area. The Brazilian population, which has been through a drastic change with the stabilization of its currency, has not yet "learned" to balance its consumption needs, fundamentally aiming at its future. There is also a large number of people who are in debt and not aware of possible solutions. This project also contains data analysis of a quiz applied to several students from different courses from Universidade de Brasília - UnB about the topic. This way, this paper brings a debate about the financial education itself, the evolution of the economy and the new forms of consumption of the Brazilian society and confirms the urgency to include classes about use of finances from the first years in school.

Key-words: Education. Financial Education. Personal finance.

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| 1. INTRODUÇÃO | 9 |
| 2. BREVE HISTÓRICO SOBRE A EDUCAÇÃO FINANCEIRA..... | 12 |
| 2.1. O que é educação financeira? | 12 |
| 2.2. Por que uma educação financeira? | 13 |
| 3. A EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO BRASIL..... | 15 |
| 4. A VIDA FINANCEIRA DA POPULAÇÃO BRASILEIRA | 18 |
| 5. ANÁLISE DE DADOS – QUESTIONÁRIO..... | 21 |
| 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS | 26 |
| REFERÊNCIAS | 28 |

1. INTRODUÇÃO

Na sociedade moderna os estímulos ao consumo pressionam constantemente as finanças pessoais. Uma das formas para otimizar o uso dessas finanças é por meio da educação financeira. Porém, o currículo das disciplinas do curso de contabilidade não contempla conteúdo nesse sentido e, muito menos, na educação básica. A pergunta é: a sociedade está preparada para lidar com situações gradativamente mais intrincadas ao ambicionar obter um bem ou serviço?

Atualmente são inúmeras e variadas as “ofertas financeiras”, tais como: cheque especial, cartão de crédito, financiamentos e leasing, crédito direto ao consumidor, poupança, fundos de investimentos, entre outras. A desinformação nessa área é grande e o consumismo cada vez mais impulsionado pelas mídias e facilidades de crédito.

É nesse dilema da falta de intimidade com o manejo com o dinheiro que esse estudo se pautou para iniciar a pesquisa. O objetivo desse trabalho é demonstrar, por meio de revisão bibliográfica e questionário (aplicado em alunos de graduação da Universidade de Brasília – UnB) para coleta de dados, que a educação financeira no Brasil precisa ser revista e, principalmente, trabalhada de maneira efetiva - desde a primeira infância – para melhorar o trato da sociedade brasileira com suas finanças.

A educação financeira é um tema em ascensão nos últimos anos, afinal a população adquiriu uma vida financeira mais ativa e, assim, busca melhores meios para maximizar as próprias finanças. Contudo, nota-se, por meio da pesquisa realizada pelo serviço de proteção ao Crédito (SPC), que 58 milhões de brasileiros estão com seus compromissos financeiros em atraso, tal número representa 39,21% da população com idade entre 18 e 95 anos.

Portanto, percebe-se a necessidade de uma melhor educação financeira, pois, como, por exemplo no Distrito Federal (DF), por meio de investigação nos parâmetros curriculares nacionais, percebe-se que não temos no conteúdo programático nenhuma matéria específica de conscientização ou de educação nesse sentido.. Na rede de ensino público, além da matemática financeira, que somente ensina as operações básicas, não temos uma preocupação maior e isso faz com que pareça ser um assunto “menor” e, que, certamente, acarretará uma dificuldade com as finanças na vida adulta.

Com todos os aspectos das finanças pessoais da sociedade brasileira, se tem o questionamento se não é necessário o ensino das finanças desde a infância. Perguntando a

uma turma de sétimo ano, por exemplo, todos foram unânimes em dizer que acham pertinente mais informações nesse intuito.

Em uma sociedade em que uma grande parte de seus integrantes não tem um controle sobre suas finanças próprias, como a brasileira, surge uma crescente necessidade de algo que possa reverter tal quadro e, com isso, se entende a urgência de uma educação financeira para a população brasileira.

Desse modo, é urgente discutir, ainda que basicamente, a educação financeira da sociedade brasileira e, tendo em vista um aspecto geral de suas finanças, difundir a necessidade de um avanço nessa direção, em especial na infância. Outro aspecto importante é identificar a possibilidade da assimilação do conteúdo por jovens e se um modelo de organização para um orçamento pessoal criaria nos mesmos uma conscientização para a maximização do uso de suas disponibilidades.

O presente trabalho utilizará pesquisa bibliográfica para a análise da vida financeira da sociedade brasileira, basicamente utilizando-se de pesquisas realizadas por instituições que demonstrem um parâmetro das características de como a população brasileira usa suas finanças. Assim, também coube a realização de um questionário com um pequeno número de pessoas – indivíduos de diversos cursos de graduação da Universidade de Brasília – UnB - (coleta de dados, demonstrativo e análise de dados) para que se possa criar noção da educação financeira ofertada para os mesmos.

Para tanto, fez-se uso de algumas teorias e conceitos não só das Ciências Contábeis, mas também da História e da Pedagogia. Primeiramente, é preciso dizer que, conforme Braunstein e Welch (2002, p.01):

Participantes informados ajudam a criar um mercado mais competitivo e eficiente. Consumidores conscientes demandam por produtos condizentes com suas necessidades financeiras de curto e longo prazo, exigindo que os provedores financeiros criem produtos com características que melhor correspondam a essas demandas.

Antes de tudo, segundo a citação, é importante dizer que a educação financeira não apenas ajuda os cidadãos a “cuidar” de suas finanças, mas incentiva a disputa comercial e gera um mercado mais ativo que se obriga a atender às diversas demandas, impulsiona a qualidade dos produtos e serviços e, principalmente, “fabricam” consumidores mais atentos e conscientes da sua atuação na economia.

Ademais, compreende-se que o tema possui grande pertinência, uma vez que os indivíduos têm suas vidas abaladas ou impulsionadas pelas escolhas de natureza financeira

das quais se ocupam. Não obstante, vale lembrar que tomaremos como princípio a relação das pessoas com o controle e a administração do seu dinheiro.

Assim sendo, essa pesquisa insere o papel da educação financeira como aspecto importante da vida adulta do homem, mas percebe que, muitas vezes, o despreparo – literalmente falando – com a distribuição de recursos ou prioridades, por exemplo, acabam acarretando consequências negativas e, na maioria dos casos, estagnando o indivíduo pessoalmente e profissionalmente.

Consequentemente, entende-se que ampliar a discussão, por meio desse e de outros estudos, sobre a educação financeira é contribuir para uma vida mais “saudável”, afinal acredita-se que conteúdo específico nessa área poderia ter influência nas decisões de consumo e investimento. Mencionando, ainda, que a grande relevância da educação financeira está, de um modo geral, ligada ao quanto as pessoas têm suas vidas afetadas pelas decisões de natureza financeira em que se amparam. Portanto, difundir o uso da educação financeira traria inúmeros benefícios para a economia e a sociedade brasileira.

2. BREVE HISTÓRICO SOBRE A EDUCAÇÃO FINANCEIRA

Faz-se necessário, primeiramente, uma rápida abordagem e a demonstração do enfoque principal que o presente trabalho dá à educação financeira. O capítulo abordará e discorrerá sobre conceituação e razões para a implementação e importância do tema.

2.1. O que é educação financeira?

Segundo o dicionário Houaiss da Língua Portuguesa (2009), educação se atribui à ação de progressão das faculdades psíquicas, intelectuais e morais, isto é, não só do desenvolvimento dos conhecimentos mentais, mas, também, da própria evolução enquanto ser crítico e social, ou melhor, da sua capacidade de lidar com o conhecimento em si e conviver em sociedade, por exemplo, a ter “bons modos”.

Sabe-se, também, que a palavra educação origina-se do latim *educare*, que significa instruir e, a grosso modo, criar, desse modo, no contexto formalizado, é todo o meio, método, conteúdo, constante de formação que compõe os parâmetros dos estabelecimentos de ensino, públicos ou privados.

Já a questão financeira, conforme a definição da palavra finança do Dicionário Houaiss (2009), pode ser entendida como a atividade do manejo do dinheiro – ou de títulos que o represente – e recursos no sentido de administrar receitas e despesas dentro de um determinado orçamento.

Portanto, segundo Berverly e Burkhalter (2005, p.121), educação financeira “refere-se ao conhecimento e habilidades dos indivíduos relacionadas ao gerenciamento do dinheiro”. Dessa forma, para falar de educação financeira, primeiro é preciso entender – passo a passo – o que significa ter conhecimento e habilidade para gerenciar dinheiro, ou seja, é importante perceber as prioridades, a importância de uma organização nesse sentido e todas as relações que envolvem o tratamento com os recursos.

Leonardo Boff disse em entrevista ao Jornal do Brasil, em 23 de abril de 2004, que “educar não é encher uma vasilha vazia, mas acender uma luz”. Em outras palavras, o pensador insiste que educar é ensinar a pensar e não apenas ensinar a ter conhecimentos. Portanto, educar apenas para a realização de provas ou etapas, tomando como exemplo o ensino da matemática como vem acontecendo ao longo da história da educação, pode não contemplar o pleno exercício do pensamento financeiro de um adulto, haja vista as dificuldades apresentadas pela sociedade no trato com o avanço do consumo. Assim, se

educar é ensinar a pensar, conforme Boff, é preciso idealizar uma educação financeira para o raciocínio, para a reflexão, para o aprofundamento em todas as questões que envolvem a vida. Afinal, não se pode negar que os recursos financeiros bem trabalhados são a base para uma vida tranquila e próspera.

Dessa forma, ao falar em educação financeira, pretende-se unir o processo de ensino-aprendizagem com o manuseio do dinheiro e/ou recursos financeiros no intuito de ofertar conhecimento suficiente para que se consiga um efetivo trato com determinada estimativa de ganhos e gastos.

2.2. Por que uma educação financeira?

Como dito anteriormente, portanto, a educação financeira teria a premissa de orientar os indivíduos no trato positivo com os seus recursos, isto é, no verdadeiro equilíbrio entre o que se tem de renda e o que se pretende ou é necessário que se gaste.

Não só nesse sentido, mas como colocado pela OCDE:

Educação financeira sempre foi importante aos consumidores, para auxiliá-los a orçar e gerir a sua renda, a poupar e investir, e a evitar que se tornem vítimas de fraudes. No entanto, sua crescente relevância nos últimos anos vem ocorrendo em decorrência do desenvolvimento dos mercados financeiros, e das mudanças demográficas, econômicas e políticas. (OCDE, 2004, p.223)

As mudanças financeiras ao longo da história vêm apresentando, cada vez mais, a necessidade de se habilitar qualquer cidadão no sentido de gerir os seus ganhos e gastos, afinal, atualmente os desafios são inúmeros. A oferta de transações financeiras só cresce e, sem as devidas informações para o uso das mesmas, os indivíduos acabam se “perdendo” nas facilidades e desconhecendo as consequências do mal-uso ou das taxas de juros, por exemplo, e acabam se prejudicando.

Como na citação acima, a educação financeira é e sempre foi fundamental para amparar o “cliente” no momento de entender as relações e implicações com o manuseamento do seu dinheiro, seja para pagar contas essenciais ou para economizar, empregar, ou até mesmo para que não seja enganado ou acumule dívidas “impagáveis”. Porém, o cenário modificou-se significativamente no universo das finanças, pois, o homem, principalmente com o advento industrial e tecnológico, ganhou novos territórios econômicos, novos mercados e até mesmo novas necessidades básicas – haja vista, por exemplo, a importância da internet em nossos lares.

Com isso, o consumo hoje possui uma nova realidade e apresenta muitos desafios na escolha das prioridades, dos investimentos e, certamente, do trato com o futuro. Inclusive como já mencionado, segundo Braunstein e Welch (2002, p. 01), cidadãos capacitados auxiliam a construir um mercado mais antagonista e ativo, formando, assim, consumidores hábeis no sentido de fazer escolhas imediatas e para o futuro. Além do que, a educação financeira pode criar nos indivíduos um poder de exigência transformador de mercado, ou seja, ao construirmos consumidores conscientes, o mercado teria sempre que se adaptar às condições de seus clientes.

De mais a mais, ainda conforme Braunstein e Welch (2002), nos últimos vinte anos mudanças fundamentais ocorreram nas relações econômicas e sociopolíticas mundiais, principalmente por causa do avanço tecnológico, da globalização e do rompimento do tradicional modelo paternalista dos governos dos países desenvolvidos. A tendência ao neoliberalismo – lembrando a inclinação às privatizações -, essencialmente, vem transformando as relações de consumo e regulando o mercado.

Com tudo isso, o cidadão precisou criar uma postura mais dinâmica no manuseio das finanças individuais e, portanto, entende-se que uma urgência para uma maior capacitação diante do consumo começa a aparecer.

3. A EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO BRASIL

Primeiramente, para chegarmos a um panorama sobre a educação financeira no Brasil, é preciso compreender, como já mencionado na introdução, o porquê dessa análise quando da “evolução” do poder aquisitivo das pessoas, ou melhor, do “trato” com o dinheiro e o avanço das relações capitalistas.

Antigamente, o homem vivia da subsistência, isto é, a maior parte do que consumia era produzido por ele próprio, porém, com o advento da industrialização e das novas políticas de produção e consumo, o trabalho para o sustento pessoal e da família deslocou-se transformando a convivência com os recursos financeiros.

Para Savoia, Saito e Santana (2007, p.1124):

A partir da década de 1990, o Estado brasileiro se transforma e efetua um conjunto de reformas de caráter neoliberal. Sob influência da globalização, ocorreram alterações nas bases tecnológica, produtiva, financeira e educacional, promovendo a reorientação do papel do governo no provimento de serviços, bens e na proteção aos indivíduos, aí incluídos os seus aspectos sociais e regulatórios.

Assim, como já citado segundo Braunstein e Welch (2002), os autores acima reforçam a ideia de profunda transformação nas relações financeiras e de mercado. Como eles explicam, no final do século XX o Estado brasileiro abraçou intensas modificações com o advento do neoliberalismo que, inclusive, passava a ser uma ideologia muito forte no novo mundo globalizado.

Além dessa propagação do aspecto neoliberal, a revolução tecnológica – com o aparecimento principalmente da internet -, transmutou consideravelmente as relações produtivas, acarretando em toda uma nova visão da educação e do vínculo entre o Estado e a sociedade comum.

Nesse mesmo período, a moeda brasileira tornou-se mais estável, porém, como elucidam Savoia, Saito e Santana (2007, p.1124):

Com a estabilidade, invertem-se as premissas e os prazos são ampliados progressivamente. Os ativos financeiros são valorizados em relação a imóveis, terras e outros bens reais. A transição para esse novo universo não acontece naturalmente, ou seja, é um longo aprendizado, por parte dos indivíduos e das famílias, sobre a nova ótica da gestão financeira de seu patrimônio pessoal.

Considerando a citação acima, cabe mencionar que recentemente vive-se um período de mudanças financeiras significativas. A população brasileira, acostumada a níveis muito alto de inflação, teve que se adaptar à nova realidade de uma moeda estável, o que, certamente causou desconfortos e incapacidade no início do século XXI.

O mercado e o consumo, foram notórios, passaram por aberturas e uma transformação que influenciou na vida do indivíduo brasileiro. Por exemplo, como acontecia até o início da década de 90, o indivíduo era obrigado a adquirir bens duráveis por meio de poupança ou à vista (dependendo da sua receita). Porém, com a estabilidade, transações financeiras não habituais se tornaram mais comuns, como o parcelamento a longo prazo, começaram a ser frequentes, isto é, com juros menores e pouca inflação, uma nova visão de consumo surgiu.

Todavia, toda essa alteração pode ser considerada recente, portanto, falar em educação financeira é plenamente justificável no contexto dos últimos cinquenta anos no Brasil.

O que se conhece de educação financeira - antes de toda essa modificação - são as partes de conteúdo, referentes ao dinheiro e ao consumo, passadas pela de disciplina matemática, tais como juros, porcentagem e as operações básicas. E, ainda mais, após esse advento da estabilidade da moeda, muitos indivíduos se encontraram em conflito diante, por exemplo, dos investimentos. Afinal, sem uma economia muito inflacionada, algumas aplicações não geravam vantagens.

Como explicam Savoia, Saito e Santana (2007, p.1124):

Logo, a principal dificuldade do indivíduo é planejar adequadamente suas ações de longo prazo; é preciso poupar por conta própria para a aposentadoria, não mais provida integralmente pelo Estado. Também é necessário reavaliar as decisões sobre a compra de sua casa própria, e dos bens duráveis, bem como entender as novas modalidades de crédito e dominar a tecnologia disponível para a realização das transações financeiras básicas.

Com todo esse novo contexto mencionado pelos autores acima, aspectos simples como a tranquilidade de saber-se um dia aposentado – por conta da arrecadação da instituição de trabalho e do estado – não seria mais uma realidade certa. Sem mencionar que como complicador desse ambiente, a população brasileira, incapaz de avaliar o uso consciente do seu orçamento, rendeu-se ao crédito fácil e acabou caindo no desequilíbrio, na desorganização por conta da inaptidão.

É claro que atualmente, com as reviravoltas que a economia brasileira vem sofrendo, falar em uma educação financeira parece cada vez mais urgente e preciso. Todo esse olhar histórico serve para entendermos a necessidade de orientar e capacitar os cidadãos no trato com as finanças.

4. A VIDA FINANCEIRA DA POPULAÇÃO BRASILEIRA

Considerando que o Brasil é um país relativamente “novo” e toda herança de colônia ainda paira sobre a nossa cultura, falar sobre a vida financeira da população brasileira implica em trazer à tona todo esse contexto que formou a nossa consciência na relação com os nossos recursos.

É claro que a economia brasileira passou – e ainda passa - por uma série de fases ao longo da história. Como o Brasil foi uma colônia de exploração, conseqüentemente, algumas práticas, como o escambo, por exemplo, tornaram-se comuns e acabaram por “instaurar” alguns costumes financeiros que estão enraizados em nossa sociedade.

Portanto, é preciso entender as fases pelas quais a nossa economia passou para, conseqüentemente, compreender como construímos o nosso universo perante o uso das nossas finanças. Para Lacerda, Rêgo e Marques (2010, p. 09):

Podemos, grosso modo, dividir a história econômica do Brasil em duas grandes etapas: o período mercantil, até 1930, e o período industrial, de 1930 em diante. No período mercantil, destacam-se duas fases: a fase colonial, composta de dois grandes ciclos — o da cana-de-açúcar no século XVII e o do ouro no século XVIII — e a fase primário-exportadora, caracterizada principalmente pela expansão cafeeira iniciada no século XIX — quando se verificou um significativo processo de desenvolvimento — que entraria em declínio na década de 1930. É nessa fase primário-exportadora que começa a ocorrer, efetivamente, a acumulação primitiva de capital na economia brasileira, com a formação de uma burguesia local detentora de capital próprio, a burguesia cafeeira.

Conforme a citação, percebe-se que o Brasil, como lugar de exploração por conta de suas riquezas naturais, ao longo da sua história criou uma desigualdade e, conseqüentemente, uma disseminação de uma cultura de manuseio dos recursos segundo a ideologia da classe dominante. Tais fases de exploração contribuíram para a formação de costumes e dificuldades em uma efetiva educação financeira.

Segundo Coutinho e Belluzo (1996), no Brasil, a economia conquistou um crescimento no período pós-guerra em torno de 7% ao ano, o que implicou em praticamente dobrar o seu Produto Interno Bruto (PIB) a cada dez anos e aumentá-lo em mais de dez vezes entre os anos 1945 a 1980.

Mesmo a economia tendo alcançado índices elevados, como em 2011, em que, de acordo com o FMI, a economia brasileira tornou-se a 6ª maior economia mundial

ultrapassando o Reino Unido, tais demonstrativos não se confirmam quando se analisa a vida econômica da população brasileira.

Um fato a se considerar é de grande aumento do crédito disponível e sua facilidade na obtenção de tal recursos, como diz Flores (2011), o volume de crédito do Sistema Financeiro Nacional passou de R\$ 417,8 bilhões em janeiro de 2004 para R\$1,71 trilhão em janeiro de 2011, sendo que grande parte do crescimento foi impulsionado pelo comportamento da carteira de pessoa física.

O endividamento das famílias no mesmo período do qual o Brasil alcançou a marca de 6ª maior economia mundial foi de 59,8% em agosto, segundo a Pesquisa Nacional de Inadimplência do Consumidor, realizada pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) em 2012.

E, ainda mais, como explicam Lucci, Zerrenner, Verrone e Santos (2014, p. 12):

Além das diversas opções de pagamento, as decisões de investimento tampouco são simples. Taxas de retorno, quantia inicial mínima e períodos de carência são alguns dos fatores que tornam as alternativas à poupança de difícil acesso à população em geral. Mas, então, quem tem acesso a esses produtos? Quem tem nível universitário enfrenta menos dificuldade? E quem tem nível universitário em cursos mais especificamente relacionados ao tema, como Administração e Contabilidade, está mais bem preparado para lidar com essas situações? Essas perguntas fazem sentido uma vez que esses cursos têm em suas estruturas curriculares disciplinas de finanças e cálculo.

Segunda a citação, nota-se de que o acesso a uma educação financeira ainda se restringe ao nível superior e somente nos cursos com enfoque financeiros, sendo assim, o resto da população fica a mercê de uma falta de conhecimento sobre a temática.

Todo esse crescimento econômico possivelmente não teve um acompanhamento por parte das políticas educacionais, portanto, gastar mais do que recebe, consumir sem consciência com relação a prioridades, por exemplo, são práticas vistas em nossa sociedade. Além do mais, não se percebe um pensamento voltado para o futuro, para a aposentadoria ou investimentos para a velhice, o que acarreta uma população idosa carente, muitas vezes endividada, ou até mesmo abandonada.

Dessa maneira, nota-se um despreparo da população brasileira de como gerir suas finanças, principalmente após a alta na disponibilidade de crédito disponível, como já citado anteriormente. Outro ponto que afeta a condição financeira das famílias brasileira é o desemprego, que segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) atingiu

o patamar de 12,6% em agosto de 2017, sendo assim, 13,1 milhões de brasileiros não tendo suas rendas fixas.

Tais aspectos parecem refletir a realidade do mundo moderno brasileiro: a recorrente incompetência da nossa população diante de situações adversas (como a demissão ou doença, por exemplo) no que se refere ao dinheiro.

5. ANÁLISE DE DADOS – QUESTIONÁRIO

Os dados obtidos para a realização do presente trabalho foram coletados, por meio da aplicação de um questionário presencial, com alguns estudantes de graduação da Universidade de Brasília (UnB). Os participantes foram selecionados de maneira aleatória e se propuseram a participar respondendo manuscritamente ao questionário nas instalações da universidade.

Determinou-se um tamanho de amostra de 100 estudantes, sendo assim, com essa quantidade de respostas houve uma maior facilidade no tratamento dos dados e, inclusive, também atendeu a efetiva realização desta pesquisa.

O questionário contém 10 perguntas pertinentes ao assunto do trabalho, das quais tratavam sobre a educação financeira recebida antes e após a entrada no ensino superior, e, também, relacionadas à vida financeira do participante com enfoque em questões atuais, tal como aposentadoria privada.

As questões contidas no questionário eram:

1. Você possui sua renda própria?
2. Antes de entrar na graduação você teve algum contato de como gerir a sua vida financeira?
3. E após entrar na graduação?
4. Você planeja o uso do seu dinheiro?
5. Você utiliza algum método de controle dos seus gastos? (Planilhas, Aplicativos, Listas e etc.)
6. Você tem o hábito de poupar dinheiro?
7. Você já pensou ou já planeja sua aposentadoria privada?
8. Você busca informações sobre finanças pessoais para melhorar a gestão do seu dinheiro?
9. Você considera a sua vida financeira organizada?
10. Na sua opinião, se tivesse um maior contato com a educação financeira, você acha que suas finanças seriam melhor organizadas?

5.1. Motivações para a escolha das perguntas.

As dez perguntas contidas no questionário foram escolhidas cada uma com a sua função e determinada hipótese para a realização desse trabalho.

A primeira questão se refere à renda da própria pessoa que a respondeu. A importância de tal questionamento é a de saber a quantidade de indivíduos que já possuem renda própria e, por conseguinte, se uma pessoa com a sua própria renda acaba por contrair despesas fixas devido ao avanço obtido, e, então, necessitaria de uma educação de como gerir a mesma.

A segunda questão aparece para analisar qual foi o contato ou a educação recebida antes da entrada da pessoa na academia, isto é, se ela pôde receber alguma preparação para a vida adulta de como gerir seu próprio dinheiro na educação anterior. Nesse momento tenta-se provar que existe uma deficiência nesse sentido e estabelecer a hipótese de que é urgente um pensamento nesse sentido por parte dos educadores.

No terceiro item, trabalha-se na intenção de saber se na academia, no período da graduação, existe algum suporte para a preparação da pessoa, a tal ponto de verificarmos se é dado alguma maior importância ou não. Considerando que a graduação tem como objetivo integrar a pessoa no mercado de trabalho, e todos os compromissos financeiros vêm juntamente com este, seria interessante notar as perspectivas e o aprendizado nesse período. Podendo, assim, confirmar a escassez de algo tão significativo na preparação para a vida “propriamente” adulta.

Já na quarta questão, embora tenha um teor subjetivo, demonstra se o entrevistado pensa ou tem a intenção de planejar o uso do dinheiro antes mesmo de simplesmente utilizá-lo. Aqui tem-se a intenção de mostrar como o graduando vê os próximos passos da sua vida financeira rumo à independência. Outro aspecto é ver, com um questionamento tão direto, a reação do entrevistado. Entende-se que, muitas vezes, não se pensa adequadamente sobre a utilização do recurso, apenas parece ser algo natural como escovar os dentes, mas que tem consequências positivas ou negativas dependendo das necessidades de cada um.

O endividamento, frequentemente, surge quando o sujeito tem uma despesa superior à sua receita, lógico que falando de uma maneira bem simplista. Dessa maneira, a quinta pergunta vem para notar se, aquele que usa algum tipo de controle, possui mais auxílio no manuseio de suas saídas, e, assim, previne o endividamento. Essa questão também pretende fazer o entrevistado notar que, nos últimos tempos, devido ao grande avanço da tecnologia e a facilidade de acesso à mesma, principalmente nos smartphones, existem cada vez mais ferramentas para amparar e informar sobre a vida financeira. Alguns entrevistados, ainda,

puderam justificar a não utilização de tais ferramentas por conta de dificuldades com o manuseio, nesse sentido, coube, inclusive, mostrar que existem conteúdos bem simples e de fácil utilização.

A questão seguinte, a sexta, vem com o sentido de descobrir se o indivíduo tem o costume de poupar, nota-se que não é uma prática cultural brasileira o ato de economizar e que grande parte da população tem o costume de viver de “salário em salário”, isto é, gasta o que recebe em poucos dias e espera o próximo salário para sanar as suas necessidades básicas. É, inclusive, natural, consumos desnecessários em detrimento às necessidades básicas na “expectativa” do próximo pagamento. Nessa hipótese, a intenção era confirmar a não educação para o “guardar”.

A sétima questão traz um aspecto que possui maior visibilidade nos últimos anos, principalmente por questões governamentais, pois, se alega que com a crise que o país está passando, fundamentalmente no setor previdenciário, as quais são agravadas pelas diversas tentativas do governo de implementar uma reforma - e com as dificuldades ainda maiores de se obter uma aposentadoria custeada pelo governo - tais assuntos entraram em cena, e demonstra se as pessoas estão começando a pensar em alternativas para fugir desses problemas. Nesse caso, a expectativa era de respostas negativas e vê-se que se começa a pensar nessa “necessidade”, ainda não sendo uma prática comum. Alguns, todavia, nem sabem o que significa possuir uma aposentadoria privada, ou seja, falta informação nesse sentido.

Posteriormente, a oitava vem para notar qual a iniciativa do sujeito em procurar informações para a gestão de suas finanças pessoais, busca essa que, como já dito, foi facilitada pelo avanço da tecnologia.

A penúltima questão traz novamente uma subjetividade, contudo mostra se por si só, sem a apresentação de grau de endividamento ou outras informações pertinentes, o indivíduo tem uma gestão sadia de suas finanças.

E por fim, a última alternativa mostra a percepção da pessoa para o tema principal desse trabalho, e se de acordo com a amostra, a questão é de importância para a vida e também se a população percebe que se houvesse uma melhor educação financeira prévia, como já citado na pergunta, poderia reverter o quadro financeiro do respondente. A expectativa está na confirmação da deficiência e de fazer o entrevistado pensar a respeito.

Sendo assim, todas as questões tinham a nítida motivação de confirmar a urgência de uma educação financeira para a sociedade brasileira e, mais, abrir o debate para a produção de novos conteúdos programáticos, sendo estes obrigatórios ou não, para incluir algumas práticas desde a infância.

5.2. Análise das respostas obtidas

Nota-se que a resposta afirmativa em todas as perguntas demonstraria um maior contato com a educação financeira. Os resultados de respostas positivas estão contidos na seguinte tabela:

TABELA DE PORCENTAGEM DE RESPOSTAS AFIRMATIVAS

| Questões | 0% a | 11% a | 21% a | 31% a | 41% a | 51% a | 61% a | 71% a | 81% a | 91% a |
|----------|------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| | 10% | 20% | 30% | 40% | 50% | 60% | 70% | 80% | 90% | 100% |
| 1 | | | | | | | X | | | |
| 2 | | | | | | | | X | | |
| 3 | | | | | | | | | X | |
| 4 | | | | | | | X | | | |
| 5 | | | | | | X | | | | |
| 6 | | | | | | | X | | | |
| 7 | | | | | | | X | | | |
| 8 | | | | | | | | | X | |
| 9 | | | | | | X | | | | |
| 10 | | | | | | | | | | X |

Fonte: produção própria.

As frequências das questões com respostas positivas estão expostas no seguinte gráfico:

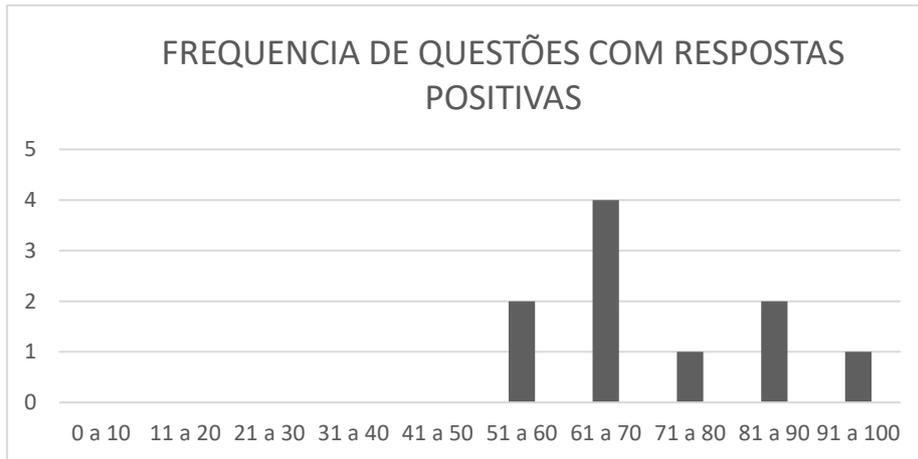


Gráfico 1: produção própria.

A média de respostas positivas obtidas foi de 71% nos dados absolutos e de 72% utilizando os pontos médios de frequência, e um desvio padrão de 14, utilizando-se dos mesmos quesitos. Uma média tão alta, levando em consideração o fato das respostas positivas sempre mostrarem uma necessidade maior de uma educação financeira mais eficaz e eficiente já confirma a tese levantada. Da mesma forma, se olharmos como a população brasileira se apresenta nos seus indicadores macroeconômicos, também se confirma a urgência de uma educação financeira mais presente e que prepare melhor para a vida adulta, e não somente se restringindo às operações básicas da matemática financeira como é o que está presente no conteúdo programático obrigatório para as escolas públicas do Distrito Federal, por exemplo.

Além da estatística descritiva já apresentada, é necessário também uma análise qualitativa dos dados das respostas como em que 46% dos participantes da pesquisa não consideram ter uma vida financeira organizada, sendo assim, uma pequena amostra da sociedade brasileira que - mesmo com todas as discrepâncias para a população em geral como o alto nível de educação - ainda possui um volume elevado de pessoas que não tem um controle sobre suas finanças pessoais.

Outro ponto importante a se exaltar é a alta taxa de respostas positivas na questão 10, isto é, 98% sendo mais específico, mostrando, assim, a necessidade e o anseio dos participantes em ter uma melhor educação financeira para se estar mais preparado para a vida e as suas adversidades.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Primeiramente, é importante retomar o fato de que as decisões de investimento e as alternativas na hora de poupar são consideradas de difícil alcance pela população em geral. Tal aspecto, por exemplo, está explícito no senso comum da atualidade, afinal vemos uma boa parcela da sociedade aflita com situações relacionadas à dinheiro. Seja por um desemprego repentino ou uma doença inesperada – que irá requerer um investimento alto -, muitas vezes o endividamento em detrimento a uma poupança de emergência (anteriormente pensada) parece ser a saída mais utilizada.

Infelizmente se levarmos em consideração o atual momento do país, tais questões elevam ainda mais a importância de tais temas, pois numa sociedade com altas taxas de endividamento e também de desemprego causada por uma crise econômica e política, derivadas dos mais diversos motivos e fatores, nota-se uma população à mercê de uma melhora e totalmente despreparada para enfrentar tais ambientes e períodos.

Nos indícios analisados - considerando que não é uma amostra que representa fidedignamente a população de uma maneira geral, pois, se considerarmos o alto grau de instrução das pessoas questionadas, vê-se uma distância significativa da grande massa da população brasileira - já se faz nítida a necessidade de uma melhor educação financeira para os alunos de graduação. E, ainda, somente se olharmos superficialmente os indicadores macroeconômicos (como o alto grau de endividamento da população brasileira) se confirma, também, a importância de trazer à tona o debate sobre a inclusão de conteúdos que habilitem os cidadãos no trato com as finanças.

Dessa forma, acerca de tudo o que foi apresentado, conclui-se, fortemente, a necessidade de preparar a população para lidar com situações cada vez mais complexas que envolvem as questões financeiras e seus numerosos e variados produtos, que é o objetivo principal de uma efetiva educação financeira.

Com as sinalizações obtidas no trabalho se cria uma necessidade de trabalhos futuros que foquem na educação financeira disponível para a população brasileira e dos quais busquem maneiras de reverter esse quadro. Vale demonstrar, que, além de tudo, é uma questão de bem-estar da população e que deve ter um maior e um melhor debate sobre esse tipo de educação.

Outro ponto a ser discutido é a questão do “economizar”, pois, mesmo quando o ordenado é pequeno, com uma boa educação financeira, é possível o ato de poupar. Muitas vezes a dificuldade financeira da maior parte da população impede esse costume, mas sabe-

se que essas práticas, principalmente frente às adversidades inesperadas, como um desemprego, por exemplo, podem amenizar os problemas. Sem falar na possibilidade das aposentadorias privadas – que a amostra confirmou a falta de informação nesse sentido – que deveriam ser “ensinadas” desde cedo para que o indivíduo tivesse opções para uma velhice tranquila.

É importante salientar que o tema de educação financeira deve ter uma maior importância no cenário brasileiro, pois nota-se, pela dificuldade de obtenção de conteúdo para a realização do presente trabalho, que ainda é um ponto pouco discutido e debatido na sociedade brasileira e que poucos autores e profissionais tratam e abordam o mesmo.

REFERÊNCIAS

- BRAUNSTEIN, S.; WELCH, C. **Financial literacy: an overview of practice, research, and policy**. Federal Reserve Bulletin, Nov. 2002.
- COUTINHO, L. G., BELLUZZO, L. G. M. **Desenvolvimento e estabilização sob finanças globalizadas**. Economia e Sociedade. Campinas, n. 7, p. 129-54, dez. 1996.
- LACERDA, Antonio Corrêa de; RÊGO, José Márcio; MARQUES, Rosa Maria. **Economia brasileira**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.
- MEC (Ministério da Educação). **Parâmetros curriculares nacionais: ensino médio**. 2000a.
- _____. **PCN ensino médio: orientações educacionais complementares aos parâmetros curriculares nacionais, ciências da natureza, matemática e suas tecnologias**. 2000b.
- SAVOIA, José Roberto Ferreira. SAITO, André Taue. SANTANA, Flávia de Angelis. **Paradigmas da educação financeira no Brasil**. Revisão da Administração Pública - RAP [online] 2007, 41 (novembro-dezembro). Acesso em: 17 de setembro 2017. Disponível em: <<http://internet.redalyc.org/articulo.oa?id=241016440006>> ISSN 0034-7612
- OCDE (Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico). **OECD's Financial Education Project**. Assessoria de Comunicação Social, 2004. Acesso em: setembro de 2017. Disponível em: <www.oecd.org/>.
- FLORES, T. **Bolha de Crédito? O Aumento do crédito e do endividamento das famílias no Brasil**. Portal de Auditoria. Curitiba: 2011. Disponível em: <<http://www.portaldeauditoria.com.br/artigos/Bolha-de-Cr%C3%A9dito.asp>> Acesso em: 13/11/2017.